

Acta nº 9
Reunião Extraordinária de 26/04/2006

Presidiu a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Ana Cristina Ribeiro.

Vereadores	Presentes	João António Abrantes Silva
		João Manuel dos Santos Oliveira
		Carlos António Caçador Marques
		Vasco Monteiro Feijão
		Francisco Modesto Nunes Monteiro
		Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão

Apoio Administrativo:

Director de Departamento Administrativo e Financeiro

Dr.º Júlio Jorge de Miranda Arrais

---- No Salão Nobre dos Paços do Município de Salvaterra de Magos, verificado o “quorum” a Senhora Presidente declarou aberta a reunião, eram 14.00 horas, com a seguinte Ordem do Dia.

1. Aprovação da Carta Educativa do Município de Salvaterra de Magos
2. Documentos de Prestações de Contas 2005
3. 1ª Revisão ao Orçamento do Ano Económico de 2006

Acta nº 9
Reunião Extraordinária de 26/04/2006

1. Aprovação da Carta Educativa do Município de Salvaterra de Magos

---- Interveio a Senhora Presidente apresentando a Carta Educativa de Salvaterra de Magos referindo que se trata de um documento de orientação estratégica que define muito claramente os objectivos na área educativa do nosso Concelho e que a sua execução depende fundamentalmente da disponibilidade financeira, e das próprias directrizes emanadas pela Administração Central relativamente à área educativa. -----

---- Referiu que o documento foi elaborado pelo CEDRU – Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, a quem foi também adjudicada pela CULT a elaboração das Cartas Educativas dos 11 Municípios que a integram; A referida carta educativa tem uma previsão temporal até 2011 e compõe-se de 3 partes: parte 1 – Enquadramento Regional, parte 2 – Diagnóstico Estratégico da Rede Educativa, parte 3 – Propostas de Intervenção na Rede Educativa; A sua base de elaboração contou com a evolução demográfica ocorrida entre 1991 e 2001 (últimos 2 censos) e, do ponto de vista educativo, tem como referência 2 anos lectivos 1998/99 e 2003/04, tendo também contribuído as diversas reuniões entre a Câmara Municipal e os Agentes Educativos, nomeadamente os diversos Conselhos Executivos das Escolas.-----

---- Salientou que existem algumas diferenças e incorrecções entre o diagnóstico que foi feito e a realidade, o que é justificado por a Carta Educativa se ter iniciado em 2003 tendo havido alterações significativas no parque escolar nomeadamente na construção de novos edifícios do pré escolar e também de obras nos diversos estabelecimentos de ensino do 1.º ciclo do ensino básico, além das propostas apresentadas para os 2.º e 3.º ciclos quer do ensino básico e secundário, quer profissional, e que, após algumas reuniões com o corpo docente, chegaram-se a estas conclusões, propondo-se a aceitação e aprovação dessas alterações como fazendo parte integrante desta Carta Educativa.-----

---- Seguidamente a Senhora Presidente descreveu as propostas que não estão expressas nesta Carta Educativa mas que têm vindo a ser referidas diversas vezes e contempladas no PPI, propondo a sua integração como fazendo parte da Carta Educativa. Assim, na freguesia de

Acta nº 9
Reunião Extraordinária de 26/04/2006

Salvaterra de Magos prevê-se a construção do Centro Escolar com a concentração das várias valências de ensino, Jardim de Infância e Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico (numa 1.ª fase a construção do Jardim de Infância com 4 salas e 4 salas do ensino básico para substituir de imediato a Escola do Pinhal da Vila e numa 2.ª fase a construção de mais 8 salas para substituir as Escolas do Parque e da Avenida). Por outro lado e como consta na própria carta, a sala polivalente para prolongamento do horário do Jardim de Infância e actividades de tempos livres do 1.º Ciclo, a sala para expressão física motora, dramática, centro de recursos, cozinha, refeitório, salas de convívio, gabinetes e salas de trabalho, instalações sanitárias, campo de jogos exterior, arrecadações e espaço exterior coberto e descoberto e ainda a climatização, aquisição de mobiliário, material didáctico, esperando que o mobiliário que está a ser substituído nas escolas ainda possa ser utilizado aquando da construção e início de funcionamento deste estabelecimento. Também no Centro Escolar do 1.º Ciclo dos Foros de Salvaterra onde as salas de aula das 4 escolas funcionam de forma isolada, em locais distintos, propõe-se que todas as salas sejam concentradas num único espaço, e se construam 10 ou 12 salas para o 1.º Ciclo do Ensino Básico dependendo da evolução demográfica, bem como uma sala polivalente para actividades de tempos livres, dado que o Jardim de Infância funciona num outro local, uma sala para expressão física motora, centro de recursos, cozinha, refeitório, salas de convívio, gabinetes e salas de trabalho, instalações sanitárias, campo de jogos exterior, arrecadações e espaço exterior coberto e descoberto, mobiliário, climatização, etc. Igualmente em Marinhais não está devidamente proposto na Carta Educativa, devendo por isso considerar-se o Centro Escolar junto da Escola Nova, construção de 4 salas para substituir as que de momento funcionam junto da escola da Estrada Nacional 367 (que deixará de funcionar), propondo-se ainda uma sala para actividades de tempos livres, expressão física motora, centro de recursos, gabinetes e salas de trabalho, sala de convívio, arrecadações, instalações sanitárias, campo de jogos exterior, espaço exterior coberto e descoberto. No Jardim de Infância de Marinhais deve considerar-se a construção de mais 1 sala de actividades. No Granho, devido à sua evolução demográfica, prevê-se a construção de um

Acta nº 9
Reunião Extraordinária de 26/04/2006

novo Jardim de Infância com 2 salas, sala polivalente, centro de recursos, cozinha, copa e refeitório, instalações sanitárias, arrecadações, espaço exterior coberto e descoberto, espaço de estacionamento, mobiliário, etc, e também que a sala onde funciona o Jardim de Infância passe a centro de recursos da Escola EB1 do Granho. Na Glória do Ribatejo, o existente corresponde às necessidades e ao que se prevê vir a acontecer nos próximos anos para o 1.º Ciclo do Ensino Básico uma vez que a Câmara tem apostado muito fortemente na requalificação destes 2 edifícios que constituem o 1.º Ciclo da Glória do Ribatejo. Também o Jardim de Infância foi inaugurado recentemente, no início do ano lectivo entrou em funcionamento com 4 salas prevendo-se não ser necessário qualquer ampliação. Em Muge, existe um Jardim de Infância e Creche, que é uma IPSS, correspondendo às necessidades próximas e o edifício da EB1 reúne as condições necessárias, não se considerando qualquer alteração. -----

---- Disse que a Carta Educativa refere também a Acção Social Escolar onde a Câmara Municipal tem estado atenta e tem dado resposta efectiva. Nos transportes escolares a Câmara Municipal tem dado todo o apoio, muito além do que a Lei obriga, tendo os cuidados devidos e estando a fazer um grande esforço para cumprir as directrizes que as novas imposições legais determinam. Relativamente ao Parque Escolar actual, disse que se irá continuar a sua requalificação com a construção de instalações sanitárias, substituição das vedações, arranjos e coberturas dos telhados, substituição do madeiramento das janelas e portas por alumínio, requalificação do espaço exterior, substituição do mobiliário escolar e material didáctico, remodelação das infra-estruturas eléctricas nalgumas escolas, e a solução para os problemas térmicos, uma vez que são problemas muito graves. -----

---- Ter-se-á também em atenção o desenvolvimento dos próprios projectos e apresentação ao próximo Quadro de Referências Estratégico Nacional, analisando-se a necessidade de se fazer obras nos locais onde não se prevêem construções novas. -----

---- A Senhora Presidente referiu ainda que recentemente foi substituída a vedação da Escola do Parque, e nas próximas férias escolares irá ser feita a substituição do madeiramento das janelas

Acta nº 9

Reunião Extraordinária de 26/04/2006

nas Escolas de Cancelas e Santa Maria. No que se refere à construção das casas de banho na escola na Rua João de Deus, em Muge, houve uma reunião com os professores, no sentido de lhes mostrar o projecto, para que nas próximas férias de Verão a obra possa ser iniciada e concluída. Avançar-se-á com a 1.ª fase, do arranjo do pátio da EB1 da Glória do Ribatejo, decorrendo contactos com o corpo docente a fim de, em conjunto, se verificar quais as obras que vão ser feitas nesta 1.ª fase, estando-se a aguardar que os Serviços executem as medições e orçamentos. --

---- Interveio o Senhor Vereador Carlos Marques referindo que o PSD dá a sua concordância à Carta Educativa, em especial à parte política relativamente às propostas de intervenção apresentadas, ao nível de investimento na educação, de equipamentos escolares, no Agrupamento Vertical de Escolas de Salvaterra de Magos e de Marinhais. -----

---- Interveio o Senhor Vereador Vasco Feijão passando a ler o documento que ora se transcreve:

“Na discussão do documento; - Não foi entregue o parecer técnico que deve acompanhar o documento. – De acordo com o art.º 71.º do D.L. n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro: “O pessoal dirigente tem a obrigação de informar por escrito, no processo, se foram cumpridas todas as obrigações legais ou regulamentares, relativamente a todos os processos que corram pelos serviços que dirigem e careçam de decisão ou deliberação dos eleitos.” – Questão prévia, antes da discussão do documento: - página 2 – número de municípios que integram a CULT Lezíria do Tejo; - página 24 – Considera a Vila de Marinhais, pólo essencialmente agrícola? (Talvez em contradição com a afirmação feita na página 28, que Salvaterra e Marinhais são as freguesias mais terciarizadas e de menor peso da população rural. – página 38 – Solicitação dos encarregados de educação dos Foros de Salvaterra, para que os filhos não tenham no 1.º Ciclo do Ensino Básico, em horário normal, ou seja das 9 às 15 e complemento com Inglês e educação Física? – página 38 – Referência à Escola do Cocharrinho, que encerrou em 2004. – página 38 – faz referência que em 2005/2006, o ensino de Inglês é leccionado em todos os estabelecimentos de ensino do 1.º Ciclo. – página 39 – cerca de 9 educadores? – página 39 – “onde existem mais de 60 crianças por educador” deve constar “...mais de 60 crianças por auxiliar de acção

Acta nº 9
Reunião Extraordinária de 26/04/2006

educativa”. – página 40 – quadro 17 diz o contrário. – página 61 – “Nas outras duas localidades, Marinhais e Muge ...” deve constar “...Marinhais e Foros...”. – página 66 – deve constar o valor do Escalão C. – página 68 – Local de Estudo dos residentes com 15 anos ou mais. (Só podem ser alunos com necessidades Educativas Especiais). Depois comparando com o Quadro 27 da página 54 que indica o número total de alunos com N.E.E. em 2001/2002-9, 2002/2003-10, 2003/2004-11. – página 70 – protocolo existente com a Ribatejana, para o transporte dos alunos? – página 77 – referência ao plano de urbanização da Raret. – Estabelecimento público de ensino pré-escolar para Muge, justifica-se ou não? – Como pensa a Câmara superar esta falta, atendendo a que não está previsto a construção de um estabelecimento em Muge?” -----

---- Interveio o Senhor Vereador Nuno Antão referindo que este é um documento de orientação em nada limitativo, que irá ajudar na definição de prioridades para o próximo Quadro de Referências Estratégico, pelo que, a única nota que deixava em relação ao documento, para além de apelar à Senhora Presidente para que peça aos serviços para corrigir alguns erros que já foram aqui evidenciados, que a Câmara melhore a qualidade das infraestruturas para que as nossas crianças possam ter todas as condições e o aproveitamento e qualificação que todos nós desejamos. -----

---- Disse que o voto do PS é favorável pois este é um documento orientador e vale o que vale, considerando-o um bom primeiro passo.-----

---- Interveio a Senhora Presidente esclarecendo que este documento juntamente com as propostas foram aprovados, por unanimidade, no Conselho Municipal de Educação, e que a razão da baixa qualificação dos funcionários camarários, terá a ver com o papel social que a Câmara Municipal tem. Quanto às necessárias correcções a introduzir no documento, disse já terem sido detectadas, havendo outras que não foram referidas pelos Senhores Vereadores, e que serão devidamente tratadas posteriormente pelo gabinete que elaborou o documento. -----

---- Interveio o Senhor Vereador Vasco Feijão que passou a ler a declaração de voto que ora se

Acta nº 9

Reunião Extraordinária de 26/04/2006

transcreve: “Apesar dos reparos anteriormente feitos, a CDU, considera que este documento foi elaborado com rigor e faz o enquadramento do nosso Concelho na região onde estamos inseridos (CULT/Lezíria do Tejo) e também faz uma abordagem criteriosa dos indicadores de contextualização, do nosso Concelho, dos quais destacamos: - Índice de poder de compra per capita – 65,6 (valor abaixo do valor da Lezíria do Tejo 75 e continente – 101,3 (valores relativos a 2002). – Taxa de analfabetismo 18,1 – (Lezíria 12,7; Continente 8,9) cerca de 3650 pessoas não sabem ler nem escrever, no nosso Concelho (dados 2001). – 2,5% da população residente completou o ensino superior (dados de 2001) valor bem abaixo das médias de Lezíria -4,3% e Continente com 6,1%. – No Agrupamento Vertical de Escolas de Marinhais no Pré Escolar a relação crianças/auxiliar de acção educativa é de 62 crianças por auxiliar (página 39). – A nível do Concelho a relação alunos/auxiliar de acção educativa no 1.º ciclo do Ensino Básico é de 53 crianças por auxiliar. – É feita a caracterização da oferta de ensino existente no Concelho, da qual destacamos a existência de estabelecimentos de ensino pré-escolar em todas as freguesias. – De registar que apenas os Jardins de Infância de Marinhais e Estanqueiro (Foros) têm prolongamento de horário. – No 1.º Ciclo do Ensino Básico de registar que nenhuma escola tem sala de informática, nenhuma, escola tem balneários, nenhuma escola tem recreio coberto, todas sem campo de jogos, deficiente estado de conservação do refeitório da EBI de Muge. – Os dados relativos às actividades uma vez que estamos a discutir o documento em 2006, deveriam estar actualizados. – Apenas o estabelecimento do 1.º Ciclo do Ensino Básico de Salvaterra, tem sala para Centro de Recursos/Biblioteca. – Em relação à procura de ensino registou-se a procura de ensino pré-escolar em Salvaterra de Magos, onde não existe oferta pública. – Procura de ensino recorrente, que só existe em Salvaterra e a partir do 3.º Ciclo, justificando a procura que se equacione a sua criação no agrupamento de escolas de Marinhais. Registe-se a procura de 158 pessoas no ano lectivo de 2003/2004. – Apesar de não ser uma competência directa da Câmara, para a CDU faz sentido dar toda a atenção ao combate ao analfabetismo, e por isso entendemos que a alfabetização de adultos tem que ser uma prioridade, na vigência desta carta educativa. –

Acta nº 9

Reunião Extraordinária de 26/04/2006

A carta educativa é o instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no nosso Concelho, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, com base no desenvolvimento demográfico e sócio-económico. – O horizonte de validade deste estudo vai até 2011 e na nossa opinião é bastante ambicioso, no que diz respeito ao investimento a fazer nos próximos cinco anos com um investimento global de mais de 5000 000€ (1.000 000 contos). – A Câmara também tem que ser ambiciosa para conseguir junto da administração central as verbas necessárias para conseguir materializar a construção. – Centro Escolar de Salvaterra de Magos – Centro Escolar de Foros de Salvaterra – Jardim de Infância do Granho – Ampliação do Jardim de Infância Estanqueiro – Recuperação das Escolas do 1.º Ciclo do Concelho – O transporte dos alunos é o assunto que deixa qualquer encarregado de educação preocupado. O estudo aponta para duas opções, contudo ambas abordadas de uma forma muito superficial, na opinião da CDU. Parece-nos mais razoável a implementação de um sistema de transporte por agrupamento escolar, em parceria com a Câmara e Juntas de Freguesia. – A outra alternativa, o sistema intermunicipal de transporte, parece-nos que para já não existem condições para a sua avaliação. – Depois de aprovada esta carta educativa, esperamos que sejam implementados os processos de recolha, organização e disponibilização de informação, sem os quais não é possível avaliar e elaborar os planos de acção que entretanto vão definir objectivos e recursos a utilizar, para atingir as linhas orientadoras contidas neste documento. – Estamos a criar as condições para que as nossas crianças possam adquirir os conhecimentos e a educação cívica, que farão com que sejam o garante de uma participação activa no desenvolvimento do nosso Concelho. – Depositamos grande esperança neste documento, que vai contribuir para alterar de forma radical a forma como a educação tem sido tratada neste Concelho. – Apostar na educação é uma aposta ganha. Pelo futuro do Concelho, votamos a favor deste documento. – Salvaterra de Magos, 26 de Abril de 2006.” -----

---- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Carta Educativa do Município de Salvaterra de Magos, com as alterações propostas na intervenção da Srª Presidente, nos termos da

Acta n.º 9
Reunião Extraordinária de 26/04/2006

alínea l), do n.º 1, conjugado com a alínea e), do n.º 4 e alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro. -----

2. Documentos de Prestações de Contas 2005

---- A Senhora Presidente apresentou à Câmara o Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município de Salvaterra de Magos, elencados no anexo I devidamente elaborados de acordo com as instruções do Tribunal de Contas, documentos n.ºs 1 e 2, compostos por 27 folhas, capa e guia de remessa, e 91 folhas, respectivamente, que se dão aqui como integralmente reproduzidos e vão ser arquivados, por fotocópia autêntica, na pasta de documentos anexos às reuniões de Câmara, estando disponíveis para consulta, quando para tal for solicitado -----

---- No uso da palavra a Senhora Presidente disse que os documentos que estão para apreciação, são referentes ao Exercício de 2005 e que irá fazer uma breve apresentação dos mesmos. -----

---- A execução orçamental fixou-se em 76%, que se traduz no montante de 12.307.358,01€. A arrecadação de receita fixou-se em 76,89%, ou seja no montante de 12.526.249,11€, verificando-se que o investimento total foi de 4.289.301,92, que corresponde a uma execução de 57,35%. As receitas correntes correspondem a 8.250.262,29€, as despesas correntes a 7.052.426,88€, as receitas de capital correspondem a 4.051.418,83€ e as despesas de capital a 5.254.931,13€. Estes valores espelham uma correcta execução orçamental e cumprimento da lei, dado que as receitas correntes são superiores às despesas correntes, sendo essa diferença de 1.197.835,41€, significando que as receitas correntes pagaram as despesas correntes e foram ainda utilizadas em investimento. Sobre as despesas com o pessoal, verifica-se que estas ficaram muito aquém dos limites legalmente estabelecidos, uma vez que poderíamos ter utilizado ainda o montante de 2.137.517,75€ para pessoal no quadro, e 663.623,12€ em pessoal em outra situação, isto é a Câmara poderia ter utilizado mais 2.800.800€, em despesas com pessoal. -----

---- Nas despesas de capital, para além do investimento, refere-se a transferências de capital que são constituídas pelas transferências para as Juntas de Freguesia, a transferência para a construção

Acta nº 9
Reunião Extraordinária de 26/04/2006

do novo Quartel dos Bombeiros Voluntários e ainda transferência para os Bombeiros, respeitante ao pagamento em leasing de 2 ambulâncias para esta associação. -----

---- Quanto à execução do Plano Plurianual de Investimentos, realçou a continuação da execução da rede de esgotos, a conclusão do Jardim de Infância da Glória do Ribatejo, a construção da Biblioteca Municipal, obra que teve o seu primeiro protocolo com o IPLB em inícios dos anos 80, a construção do Pavilhão Desportivo de Salvaterra de Magos, a continuação da pavimentação da rede viária, a conclusão do Quartel dos Bombeiros Voluntários, e o pagamento integral por parte da Câmara Municipal do compromisso que assumiu para esta obra. Referiu ainda os vários trabalhos efectuados no âmbito da recuperação do Parque Escolar, as acções de divulgação e promoção do Concelho, e o aprofundamento de cooperação com o movimento associativo concelhio. Continuando a Sra. Presidente informou que em 2005, a Câmara não recorreu a novos empréstimos, tendo sido apenas utilizadas as linhas de crédito já aprovadas anteriormente, no montante de 379.232,76€, para financiamento das obras de execução da rede esgotos de Várzea Fresca, Foros de Salvaterra e Marinhais, e Pavilhão Desportivo de Salvaterra de Magos. Neste ano de 2005, a Câmara Municipal poderia ter recorrido a novos empréstimos até ao montante de 795.624€, valor aprovado pela DGAL. Relativamente à análise patrimonial, verifica-se que o Balanço indica um passivo no valor de 11.536.119,69€ e o activo de 26.658.307,48€, tendo havido uma evolução positiva dos Fundos Próprios relativamente a 2004, sendo estes de 15.122.187,79€. -----

---- A demonstração de resultados apresenta um total de custos de 9.145.663,52€, um total de proveitos de 10.407.103,91€, obtendo-se de resultado liquido do exercício 1.261.470,39 €. A redução do resultado liquido do exercício face ao ano anterior, deve-se ao aumento dos custos, uma vez que os proveitos registaram um ligeiro aumento. A Sra. Presidente apresentou a proposta da aplicação do resultado liquido do exercício, o valor de 63.073,52€ para Reservas Legais 5% e o valor de 1.198.396,87€ para Património. -----

---- O Senhor Vereador Vasco Feijão passou a ler a declaração de voto que ora se transcreve:

Acta nº 9

Reunião Extraordinária de 26/04/2006

“Com a discussão deste documento, vamos perceber o motivo pelo qual neste ano o nosso Concelho se encontra em estagnação, no que diz respeito ao investimento, ao desenvolvimento, à melhoria das condições de vida e bem estar das nossas populações. – Os fundos das receitas correntes provêm principalmente, das transferências da administração central, aproximadamente 3.570.850 € (716 000 contos) que representam 43,28% das receitas arrecadadas pela Câmara Municipal de Salvaterra de Magos. – A outra grande fatia da receita corrente tem origem nos impostos directos e indirectos (compra e venda de edifícios, imposto de selo dos carros, derrama e licenciamento de obras particulares) com o valor de 2.943.300 € (588 000 contos) que representa 35,56% das receitas correntes obtidas. – Nestas receitas, destaque ainda para o valor das receitas arrecadadas com o imposto municipal sobre transmissão onerosa de imóveis com 869 101, 06 € (+- 175 000 contos) e o imposto municipal sobre imóveis com 810 000 € (aproximadamente 162 000 contos) com um aumento relativamente a 2004 de cerca de 160.000 € (32.000 contos) ou seja uma variação de + 24,46 %. – Para o próximo ano faz sentido rever o valor da taxa em vigor no nosso Concelho, relativamente ao Imposto Municipal sobre Imóveis e Imposto Municipal sobre Transmissão Onerosa Imóveis. – Registe-se ainda a receita corrente, no valor de 686.000 € (137 500 contos) obtida com a cobrança de água e aluguer de contadores. – A receita corrente obtida com a recolha do lixo foi de 108 850 € (21 800 contos). – No que diz respeito às despesas correntes, o custo com o pessoal da Câmara Municipal de Salvaterra de Magos é de 3 970 102 € (796 000 contos) que representa 56,29 % do valor da despesa corrente. – Em relação ao ano de 2004, verifica-se um aumento das despesas com o pessoal de 173 136 € (cerca de 34 700 contos). – O aumento da despesa com o pessoal dos quadros foi de 101 865 € (20 400 contos) contudo houve uma diminuição do número de trabalhadores da Câmara, que passaram de 256 em 2004 para 243 em 31/12/2005. – Em relação aos quadros técnicos da autarquia, registamos com muita preocupação a diminuição dos técnicos superiores de 24 para 17, ou seja são 7 técnicos com saber-fazer, com conhecimentos, com ideias, com experiência, que deixaram a Câmara Municipal de Salvaterra de Magos, e que

Acta nº 9

Reunião Extraordinária de 26/04/2006

explica as preocupações que em devido tempo a CDU levantou, quanto à gestão dos funcionários, devido à ausência de chefias e técnicos superiores, que a definam. – Convém aqui referir, que a CDU, enaltece o esforço, a dedicação, o empenho e a dignidade dos trabalhadores desta Câmara, contudo a CDU não deixa de alertar, que a diminuição de chefias e técnicos superiores, põe em causa a qualidade dos serviços prestados. – Não é possível manter durante muito mais tempo a Divisão de Acção Social Cultural e Divisão de Urbanismo e Planeamento, sem chefes de divisão. – Em relação a 2004 as receitas correntes aumentam 179 130,76 € (36 000 contos) cerca de 2,21 %, porém as despesas correntes aumentaram 284 121 € (+- 57 000 contos) cerca de 4,2 %, em tempo de redução de custo e de contenção das transferências da administração central, este aumento em cerca de 4,2 % das despesas correntes, é motivo de preocupação mostra que a actual gestão da Câmara Municipal de Salvaterra de Magos, não consegue otimizar a gestão dos recursos que tem à sua responsabilidade. – O saldo corrente, de acordo com este documento é de 1.197.835 €, contudo a este valor, teremos em consciência, de retirar 294 719, 45 € referentes a despesas correntes assumidas, mas não pagas, nomeadamente 10 069 €, com despesas com pessoal, 48 481 € em encargos de saúde e 234 693 €, em aquisição de bens e serviços, realçando-se os 67 000 €, em dívida à Ecoleziria e Resiurb. – As receitas de capital dependem em 90 % das transferências da administração central e fundos comunitários. – Em relação a 2004 o aumento das receitas de capital foi de 87 479 € (17 500 contos) cerca de 2,2 %. – De realçar que a nível de investimento, a sua execução foi de 57,60 %, ou seja pouco mais de metade do que estava previsto investir. – O investimento tem o seu expoente máximo, na rubrica “Construções Diversas”, com o valor dos compromissos assumidos a atingir o valor de 3 657 000 € (733 000 contos) distribuídos do seguinte modo, em relação aos valores mais significativos: - sistemas de drenagem de águas residuais – 615 740 € (123 500 contos) – instalações desportivas e recreativas – 437 370 € (+- 88 000 contos) – captação e distribuição de água – 579 591 € - (116 000 contos) – viação rural – 1 708 103 € (342 500 contos) – Convém aqui realçar que o investimento na viação rural, representa 53,29 % do investimento assumido

Acta nº 9

Reunião Extraordinária de 26/04/2006

em ano de eleições, lá veio o alcatrão para ganhar. – Em relação à viação rural dos 1 708 103 € (342 500 contos) de investimento assumido foram pagos 775 336 € (155 000 contos) que corresponde a 44 % da despesa assumida. – Assim ficaram por pagar 932 766 € (187 000 contos). – É curioso verificar que este valor não se encontra reflectido na relação das dívidas a terceiros, quando todas as estradas e ruas se encontram executadas e já se encontravam executadas antes do fim do ano de 2005. – Também sabemos que algumas destas estradas foram objecto de candidaturas a fundos comunitários pelo que o valor de 932 766 € poderá não ser totalmente assumido pela Câmara. – Lembrem-se de a CDU ter falado no milagre da multiplicação das estradas alcatroadas? – Antes das eleições autárquicas de 2005, ou seja em 9 meses foram adjudicadas 21 obras relativas a pavimentação que atingiram o valor de 1 397 720 € (280 000 contos). – Esta opção consagra a gestão populista que o Bloco de Esquerda tem posto em prática em Salvaterra de Magos, não hesitando em colocar os seus interesses em primeiro lugar, relegando os interesses do concelho para depois. – Sabemos que é grande o anseio das populações por usufruírem de ruas alcatroadas, mas não há verdade política que defenda esta opção, quando em 2004 os compromissos assumidos, para a execução de rede viária foram de 816 724 € e em 2005, ano de eleições autárquicas, duplicou, numa clara caça ao voto. – Veja-se o exemplo da Rua João Caetano Lopes cuja obra se iniciou em Setembro de 2005, depois de executada a rede de esgotos, e que se encontra intransitável. – Na ânsia de apresentar obra, não consideraram a possibilidade de abatimentos provocados pela execução da rede de esgoto. – Agora são cerca de 180 000 € de obra que alguém vai ter de pagar! – Este é um exemplo claro de caça ao voto! – Registe-se ainda que passou mais um ano e a população dos Foros de Salvaterra e Várzea Fresca, continua a não tirar proveito do investimento de 100 000 € (200 000 contos) efectuado na execução da rede de esgotos, por ausência de etares. – Esta é uma situação que já se arrasta há quase 4 anos e que promete continuar. – De acordo com este documento a dívida da Câmara Municipal é a seguinte: - 2 637 106 € à banca – 1 259 740 € dívidas a terceiros – total de 3 896 846 € (781 248 contos). – Contudo quando fazemos o ponto de situação

Acta nº 9

Reunião Extraordinária de 26/04/2006

em relação aos contratos assinados verificamos que só este valor de dívida evidentemente é de +- 1 472 000 € (295 000 contos), valor este que corresponde a obra já executada. – Vejamos o exemplo da empresa Construções Pragosa, S.A. com contratos assinados no valor de 1 107 563,81 € (222 000 contos) que recebeu no ano de 2005 406 616,50 € (81 520 contos) e em 31 de Dezembro a dívida da Câmara para com esta empresa é 0 €. – Tomemos como exemplo a pavimentação da Rua Principal do Granho – valor 68 175,92 com o prazo de execução de 45 dias, foram pagos 46 018,35 €, com início da obra em 17 Maio de 2005. – Gostaríamos de ter acesso aos processos de obras municipais contudo esbarramos sempre numa muralha intransponível que é a autorização da Presidente de Câmara. – Uma vez que está a decorrer uma inspeção ordinária sectorial do IGAT, esta será uma questão a colocar aos Senhores Inspectores, de modo a que se possa avaliar esta situação decorrente, de obra executada, contudo não é facturada em devido tempo. – Pelas contas da CDU a dívida a terceiros da Câmara Municipal de Salvaterra atinge o valor de 2 356 479,88 € (472 500 contos), que somado com o valor da dívida à banca, aproxima-se dos 5 000 000 € (1 000 000 contos). – Este valor da dívida é bastante preocupante para o futuro deste concelho, e indica-nos que vêm aí 2 ou 3 anos de gestão corrente, de modo a permitir o pagamento dos compromissos eleitoralistas assumidos pelo Bloco de Esquerda em 2005. – Em relação à execução do Plano Plurianual de Investimento, realce, para o nível de execução 0 % das seguintes acções: - prevenção de fogos florestais – projecto de prevenção e recuperação património escolar – construção habitação social – etares de Glória, Granho, Foros de Salvaterra e Várzea Fresca – Depósito elevado do Granho – Rede de esgotos do Granho – Falcoaria Real – Complexo Desportivo de Marinhais – Complexo Desportivo de Marinhais – Aquisição de Terreno – Arranjos exteriores da Escola Básica do 1.º Ciclo Glória do Ribatejo – Serviço Municipal de Protecção Civil – Verificamos assim que durante o ano de 2005 a aposta clara deste executivo do Bloco de Esquerda, foi ganhar as eleições autárquicas, esquecendo o desenvolvimento do concelho, esquecendo a criação de emprego e a fixação dos nossos munícipes no seu concelho, de modo a que não tenham que

Acta nº 9

Reunião Extraordinária de 26/04/2006

procurar trabalho nos concelhos vizinhos. – Mais uma vez, em 2005, voltamos a verificar que a Câmara Municipal de Salvaterra de Magos, faz obra com o dinheiro dos empreiteiros, recorrendo a ginástica administrativa para que essas obras não sejam consideradas neste relatório de gestão. – Mais uma vez verificamos que a aposta na educação, que a aposta na terceira idade, que a aposta na criação de condições para a fixação de empresas e criação de emprego, que a aposta para a melhoria de condições de vida das nossas populações está arredada das prioridades do Bloco de Esquerda, na Câmara Municipal de Salvaterra. – Podemos falar de custos de proveitos, de recebimentos, de pagamentos, de balanço, de lógica económica, de resultados líquidos, contudo Senhora Presidente é a cruel realidade dos números que nos preocupa. – São 5 000 000 de euros de dívida, 1 milhão de contos, com tanto por fazer, nomeadamente na criação de condições para que as nossas crianças possam aprender e tornar-se assim o garante que este concelho tem futuro, conforme ficou demonstrado na discussão da carta educativa. – As suas prioridades, Senhora Presidente, não foram e não são as nossas prioridades para o desenvolvimento do concelho. – Por tudo isto a CDU, vota contra.” -----

---- Interveio o Senhor Vereador Nuno Antão, referindo que foi apresentado um relatório de contas que terá a sua aprovação ou não no Tribunal de Contas, sendo certo que estas discussões acabam sempre com uma percentagem qualquer ao qual se responde com outro número qualquer. Disse que tem toda a confiança nos técnicos e nos serviços que elaboraram o documento, e não irá discutir as percentagens nem os números apurados, mas discorda politicamente das opções que foram tomadas quer no ano de 2005 quer nos anos quer nos anteriores, manifestando a sua divergência pois não concorda com a orientação política seguida e, por isso a sua votação e do PS vai no sentido da abstenção em relação a este relatório pois em consciência não se sentiria bem em votar favoravelmente algo para o qual não contribuiu enquanto eleito, apesar de durante os últimos 2 meses já ser vereador. -----

---- Interveio o Senhor Vereador Carlos Marques, dizendo que também irá tentar referir-se o mínimo possível aos números, sendo certo que quando necessário terá que o fazer para criar

Acta nº 9
Reunião Extraordinária de 26/04/2006

algum enquadramento. Sublinhou que pretende analisar este documento de uma forma diferente pois praticamente durante uma semana os telejornais nas suas aberturas falam dos orçamentos do governo em funções e depois quando se chega a Fevereiro, Março e é apresentado o resultado do trabalho (Prestação de Contas) apenas se dedica 1 dia a esse facto, o que do seu ponto de vista está errado. Disse que o presente relatório tem uma componente técnica, da responsabilidade dos Técnicos e uma componente de opção política que foi aprovada no orçamento em Dezembro de 2004 e por isso este documento é da máxima importância porque é aqui que se vê a capacidade de quem tem a responsabilidade de gerir o orçamento, como o geriu e que resultado final derivou dessa gestão. -----

---- Assim, além da parte técnica que irá falar muito pouco, existe a parte política e este relatório de gestão reflecte a opção política que foi tomada quer pelas acções incluídas e rectificadas no orçamento, quer pelas alterações ao orçamento. Sublinhou que a Câmara Municipal tem um património que diz valer 23 milhões de euros e tem uma dívida que no pior dos cenários é de 4, 5 milhões de euros, o que revela falta de ambição pois era possível mais algum endividamento que mesmo assim não se estaria numa situação angustiante como as Câmaras do Cartaxo, Santarém, Torres Novas, dizendo que a Presidente da Câmara ainda não está a fazer leilões às 5.ª Feiras, como a Câmara da Chamusca. Disse que neste momento já existe a capacidade de gerar mais receitas próprias com o IMI e o IMT rondando a ordem dos 32%, e o esforço de investimento devia ser maior por parte do Município, sendo certo que executar 76 % do orçamento não é um bom indicador, pois o que era desejável era uma execução de 85 ou de 88%, portanto a divergência política, que tem face ao executivo prende-se com a falta de ambição em termos de investimento estratégico para o Concelho. -----

---- Quanto ao resto nada tem a referir pois em Outubro último foi sufragado pela população nas urnas uma parte destas opções que aqui estão e portanto o voto do PSD será um voto de abstenção, relativamente a este mesmo relatório de gestão. -----

---- Interveio o Senhor Vereador João Abrantes referindo que o Relatório de Gestão é um

Acta nº 9
Reunião Extraordinária de 26/04/2006

documento técnico e como tal foi analisado por dois dos Senhores Vereadores da oposição. Já quanto ao Senhor Vereador Vasco Feijão, constata-se que o mesmo apenas faz demagogia política, utilizando um documento que é essencialmente técnico, para criar a habitual demagogia política, tal como a CDU costuma fazer, chegando mesmo o Senhor Vereador a faltar à verdade quando refere por exemplo a Rua João Caetano Lopes, porque como sabe a rua ainda só levou a primeira camada de alcatrão, pois era incorrecto estar a colocar uma segunda camada devido ao tempo de Inverno e ocorrerem pontuais abatimentos, quer na parte construída pela Câmara quer na parte da urbanização que lá está construída, estando agora a aguardar-se pela segunda camada e respectivas sinalizações. -----

---- Esclareceu ainda ao Senhor Vereador Vasco Feijão que talvez não tenha reparado que as estradas executadas por este executivo nos últimos tempos têm sido marcadas com sinalização vertical e horizontal e é importante que se seja rigoroso no que se diz pois também foi afirmado que não se fizeram obras depois de Janeiro, mas houve obras, como por exemplo: a Rua do Cartaxeiro, Rua 5 de Outubro, Rua da Vitória, Rua da Escola Nova e algumas ruas nos Foros de Salvaterra, pelo que seria bom que o Senhor Vereador falasse a verdade, o que seria mais credível quer para o Senhor Vereador quer para a própria CDU. -----

---- A Senhora Presidente no uso da palavra disse ir ser muito breve, no entanto há questões que tem de referenciar, para um melhor esclarecimento. Continua o Senhor Vereador Vasco Feijão a levantar suspeições, continuando também a mostrar uma preocupação enorme com a obra que é feita, nomeadamente com os alcatroamentos das estradas e deveria explicar qual é o problema que tem com as estradas que a Câmara vai alcatroando. Qualquer obra que é feita é devidamente planeada e a sua concretização está dependente dos recursos financeiros existentes. Diz também este Senhor Vereador e ainda referente a estradas, que agora alguém vai ter de pagar 180.000 €, isto referente à Rua João Caetano Lopes. Será conveniente clarificar, se este valor se refere a obra feita ou a que acção. Mas também percebemos que não o faça, e que deixe assim as insinuações no ar. Quanto às obras contempladas em Plano e não concretizadas, existe uma razão, uma

Acta n.º 9
Reunião Extraordinária de 26/04/2006

justificação que é do conhecimento público. -----

---- Quanto à dívida ela está espelhada no relatório, embora como é habitual, o Senhor Vereador até dos documentos que lhe são entregues desconfia. -----

---- A dívida bancária é de 2.637.106,46 € e a dívida a terceiros a curto prazo é de 1.502.938,65 €, totalizando 4.140.045,11 € (830 mil contos). Mas percebe que à CDU interessasse que a dívida fosse muito superior. Mas como o Senhor Vereador Carlos Marques referiu ainda não se está a fazer leilões do património da Câmara. -----

---- Continua a politica de colocar em causa o esforço e a dedicação dos trabalhadores da Câmara, agora porque não há chefias. Mas até aqui existem inverdades e desconhecimento por parte de quem faz a acusação. -----

---- Terminando a Senhora Presidente referiu que a aposta na qualidade de vida, o desenvolvimento do Concelho é uma realidade do dia a dia, e só não vê quem não quer ver. E quanto a isso nada pode fazer. -----

---- Posto à votação o Relatório e Prestação de Contas do ano financeiro de 2005, nos termos da alínea e), do n.º 2, do art.º 64º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugado com o disposto no POCAL, foram os mesmos aprovados, por maioria, com os votos favoráveis da Senhora Presidente, e dos Senhores Vereadores João António Abrantes Silva, João Manuel dos Santos Oliveira, Francisco Modesto Nunes Monteiro, voto contra do Senhor Vereador Vasco Monteiro Feijão, e abstenção dos Senhores Vereadores Carlos António Caçador Marques e Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão. -----

---- Mais foi deliberado, nos termos da alínea c), do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, conjugado com o POCAL, submeter esta proposta à Assembleia Municipal, para apreciação e votação. -----

Acta n.º 9
Reunião Extraordinária de 26/04/2006

3. 1ª Revisão ao Orçamento do Ano Económico de 2006

---- A Senhora Presidente apresentou à Câmara a 1.ª Revisão ao Orçamento, documento n.º 3, composto por 8 folhas, que se dá aqui como integralmente reproduzido, e vai ser arquivado, por fotocópia autenticada, na pasta de documentos anexos às reuniões de Câmara. -----

---- Seguidamente a Senhora Presidente esclareceu que estão inscritos 5,00 € em sociedades financeiras que se destinam apenas a abrir rubrica, sendo o saldo da gerência do ano anterior, no valor de € 218.891,10, que vão ser aplicados em “outras restituições”. Tal facto deriva de, no caso dos terrenos da Raret, os mesmos terem sido vendidos em finais de 2003, tendo nessa altura o comprador pago a sisa - em Dezembro no valor de 218.896,10 € que veio a ser transferida para o Município, no entanto como a escritura pública só foi celebrada em Maio de 2004, e nessa altura o comprador do terreno solicitou às finanças que lhe fosse devolvido o valor da sisa, pagando o IMT dado que lhe era mais favorável, a Repartição de Finanças concordou e nessa altura remeteu para a Câmara o valor do IMT, havendo assim lugar à reposição do valor da sisa inicialmente recebido o que só agora está a ser feito oficiosamente pelos Serviços de Finanças. Assim, ao constatarmos que não se estava a receber qualquer importância do IMT, foram feitas uma série de diligências até que se soube, muito recentemente, que o motivo da Câmara não estar a receber o IMT se devia a esta situação, daí que seja necessário proceder ao reforço desta rubrica em “outras restituições”. -----

---- A Senhora Presidente esclareceu também que, além deste facto que era inesperado, em 2006, a Câmara Municipal irá arrecadar de IMT menos 60 mil contos do que se previa receber, o que coloca algumas dificuldades e exige naturalmente ainda mais rigor e uma decisão mais firme, em termos de investimento e gestão da Câmara Municipal, pelo que é necessário fazer o registo contabilístico e para isso é necessário haver dotação orçamental, estando assim prevista a aplicação do saldo da gerência anterior neste registo contabilístico, sendo a parte restante efectuada no final do ano para não se colocar em causa algum investimento que seja necessário fazer. -----

Acta n.º 9
Reunião Extraordinária de 26/04/2006

---- Posta à votação a 1.ª Revisão ao Orçamento, nos termos da alínea c) do n.º 2, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi a mesma, aprovada por unanimidade. -----

---- Nos termos da alínea b) do n.º 2, do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o documento vai ser remetido como proposta à Assembleia Municipal, para aprovação. -----

Aprovação dos Textos das Deliberações em Minuta

---- O texto das deliberações tomadas foi aprovado, em minuta e por unanimidade, no final da reunião, de harmonia com o disposto nos n.ºs 3 e 4, do art. 92.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a alteração introduzida pela Lei n.º 5 – A/2002, de 11 de Janeiro, para que as deliberações produzam efeitos imediatos. -----

Período de Intervenção Aberto ao Público

---- Encerrada a ordem de trabalhos a Senhora Presidente deu a palavra ao público presente, não se registando qualquer intervenção. -----

Encerramento da Reunião

---- E nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente deu por encerrada a reunião. Eram 16 horas e 40 minutos. -----

---- E eu _____ Director de Departamento Administrativo e Financeiro, da Câmara Municipal de Salvaterra de Magos, subscrevi a presente acta. -----